



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CONSELHO DE ALTOS ESTUDOS E AVALIAÇÃO TECNOLÓGICA		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1649/12	DATA: 28/11/2012
INÍCIO: 15h10min	TÉRMINO: 16h17min	DURAÇÃO: 01h07min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h07min	PÁGINAS: 24	QUARTOS: 14

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JOSÉ LUIZ GOMES ZOBY - Gerente de Recursos Hídricos na Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos, da Agência Nacional de Águas — ANA.

SUMÁRIO: Debate sobre gestão dos recursos hídricos e uso múltiplo das águas.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Boa tarde a todos e a todas.

Quero saudar o Secretário-Executivo do Conselho de Altos Estudos, Dr. Luiz Henrique Cascelli, Consultor-Geral da Câmara dos Deputados que presta inestimável serviço a este Conselho, em que temos a melhor assessoria de qualquer órgão público, pois dispomos de mais de 300 consultores especializados nas diferentes áreas.

Dr. José Luiz Gomes Zoby, gostaria de dizer a V.Sa. que este Conselho já tem vários livros e vários Cadernos de Altos Estudos publicados e tem dado uma contribuição muito grande: o *biodiesel* nasceu neste Conselho; o Programa Um Computador por Aluno foi reforçado neste Conselho; o mercado de *software* no Brasil foi reforçado neste Conselho; as infovias do conhecimento, os centros vocacionais, os arranjos produtivos locais foram também criados neste Conselho; o marco regulatório do pré-sal foi criado neste Conselho — inclusive a Presidenta Dilma, quando ainda Ministra da Casa Civil, ligou-me pedindo dados que nós tínhamos feito na nossa lei sobre o marco regulatório e publicado em caderno.

Eu também gostaria de dizer que o marco legal sobre os minerais também nasceu neste Conselho. Nós estamos estudando dois assuntos importantes neste momento. A informatização das micro e pequenas empresas também nasceu aqui neste Conselho. Gostaria de dizer que este Conselho formula políticas públicas para o Poder Legislativo e para o Brasil.

Quero passar às mãos de V.Sa. alguns trabalhos do Conselho: *O Desafio do Pré-Sal; Energia Renovável e Riquezas Sustentáveis*. Aliás, quanto às energias renováveis, fizemos um trabalho muito alentado; e esse foi o décimo trabalho. E, também, *Setor mineral: rumo ao novo marco legal*.

Quero então passar às mãos de V.Sa., como presente deste Conselho, esses três trabalhos publicados pelo Conselho.

Gostaria de dizer que o Dr. José Luiz Gomes Zoby é geólogo formado pela Universidade de Brasília em 1996, cursou bolsa-sanduíche na Universidade de Waterloo, Canadá, em 2005 e graduou-se Doutor em Hidrogeologia pela Universidade de São Paulo em 2006. É servidor da Agência Nacional de Águas desde 2001, e atualmente Gerente de Planos de Recursos Hídricos na



Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos. Participou do Plano de Recursos Hídricos do São Francisco em 2004. Coordenou os planos de recursos hídricos das bacias do Tocantins e do Araguaia em 2006 e 2009, do Verde Grande em 2009 e 2011, do Paranaíba em 2010 e 2012 e do Piranhas-Açu em 2012 — em andamento.

É com grande satisfação que recebemos hoje V.Sa. para prosseguirmos com nossos estudos relativos ao Uso Múltiplo das Águas, proposto pelo Conselho, por iniciativa do Deputado Felix Mendonça Júnior, membro deste órgão titular. Trata-se de um tema que ainda suscita sérios questionamentos e interrogações.

Quero saudar aqui o meu grande amigo Deputado Felix Mendonça Júnior, que sugeriu o tema “Uso Múltiplo das Águas”, que tem tido uma repercussão muito grande.

Trata-se de um tema que ainda suscita sérios questionamentos, como disse anteriormente, e interrogações, Principalmente no que diz respeito à superação das barreiras que dificultam a universalização do atendimento de água potável, sim, em especial nas regiões de seca do Nordeste e do semiárido brasileiro. Não existe tema mais atual neste momento do que o do Nordeste, região que atravessa a maior seca dos últimos 50 anos, e o do Norte de Minas.

Antes de passar a palavra ao nosso convidado de hoje, o Sr. José Luiz Gomes Zoby, gostaria de propor a este Colegiado a seguinte interpelação: proponho a indicação do nosso ilustre Deputado Ariosto Holanda como representante do Conselho de Altos Estudos junto ao Seminário Nacional de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social, Consolidação, Diretrizes e Estratégias para Implantação de Centro Vocacional Tecnológico, CVTs, a serem realizados nos próximos 29 e 30 de novembro, amanhã e depois, no Brasília Imperial Hotel, aqui em Brasília.

Quero ressaltar que se trata de uma relevante iniciativa da Secretaria de Inclusão Social do Ministério da Ciência e Tecnologia, que contará com a participação não apenas de Parlamentares, mas também dos Secretários de Ciência e Tecnologia dos Estados, dos Presidentes das fundações e para as pesquisas dos Estados, dos dirigentes de instituições de ensino e tecnologia, universidades, institutos federais de ciência e tecnologia, de representantes do setor produtivo, de representantes do Ministério de Educação e Cultura, Ministério do Desenvolvimento



Social, Ministério da Agricultura, Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, Ministério do Meio Ambiente, entre outros.

Cabe ressaltar, voltando ao tema que será objeto de apreciação nesta tarde, que a elaboração e a implementação dos planos hídricos construídos no País, que se dão nos níveis das bacias hidrográficas, conforme prevê a Lei nº 9.433, de 1997, aprovada neste Parlamento, o marco legal que vem norteando a política de águas no País, tem encontrado dificuldades que necessitam ser debatidas e equacionadas.

Portanto, passo a palavra ao ilustre convidado desta tarde, o Sr. José Luiz Gomes Zoby, para que inicie sua palestra. S.Sa. dispõe de 40 minutos para sua exposição, que será seguida de debate entre os interessados.

O SR. JOSÉ LUIZ GOMES ZOBY - Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar o Deputado Inocêncio Oliveira, Presidente do Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica da Câmara dos Deputados; o Deputado Felix Mendonça Júnior; o Secretário-Executivo, Luiz Henrique Cascelli e os demais presentes, membros do Conselho.

É um prazer para a Agência Nacional de Águas estar aqui apresentando um pouco desse trabalho que temos feito nessa superintendência de planejamento, no seu dia a dia elabora planos de recursos hídricos.

É uma satisfação também poder participar desta reunião do Conselho, receber essas publicações e saber a diversidade de temas que tem discutido o Conselho. Sem dúvida, são temas relevantes para o nosso País.

Vou falar, começando esta apresentação, um pouco da experiência de 11 anos na Agência Nacional de Águas, exatamente a idade da agência, que vai completar 12 anos.

Vou falar dos desafios da gestão de recursos hídricos. Tenho certeza de que é redundância, mas vou dar ênfase a algumas publicações que a ANA tem feito sobre essa questão.

Depois, eu vou falar sobre o objetivo da nossa reunião, que são os Planos de Recursos Hídricos. Vou tratar um pouco da base legal, de como nós temos feito esses planos, das etapas de elaboração e de algumas conclusões.



Depois, em havendo tempo e interesse, eu posso dar alguns desses exemplos, percorrer alguns desses planos que nós trabalhamos ao longo desses anos.

(Segue-se exibição de imagens.)

Bem. Os desafios da gestão de recursos hídricos são diversos. Esse *slide* é uma simplificação, mas, basicamente, o Nordeste é a região mais seca do País. O Deputado, aqui na abertura, destacou essa seca que continua e, pelo menos, está mais intensa nos últimos 30, 50 anos na região.

Indo para o outro lado, uma região, digamos, mais desenvolvida do País. A grande questão, hoje, em algumas áreas, é a quantidade de água, mas, diferentemente do Nordeste, a grande preocupação, hoje, é a poluição urbana industrial, porque é lá onde está a grande concentração de áreas industriais e a maior parte da população.

Quando nós vamos para uma área, digamos, intermediária, o Centro-Oeste, hoje nós estamos trabalhando num plano de recursos hídricos na região do Paranaíba, que é justamente onde nós estamos, aqui, em Brasília, a Câmara está na Bacia do Paranaíba, uma das grandes questões que aparecem é a da exposição da fronteira agrícola e a irrigação, que é uma atividade importante.

O Norte que concentra grande parte dos recursos hídricos do País, embora concentre a menor parte da população, tem questões muito importantes, como a de navegação e de geração de energia. A próxima fronteira de geração de energia do País vai vir do Norte, porque o restante do País quase já explora a região no seu limite.

Olhando os desafios da gestão, o primeiro desafio da gestão de recursos hídricos e o mais importante é atender os usos. Então, o Brasil utiliza esse volume aqui de água: 2.373 — isso são dados referentes ao ano de 2010. Como o Brasil tem sofrido um processo de crescimento industrial, agrícola e de população, também, é possível observar um expressivo crescimento: em 2000, o consumo era de 1.568; nós hoje, 10 anos depois, já estamos em 2.373; e, planejando o futuro do País, temos que olhar qual vai ser o impacto desse consumo no futuro.

Quando olhamos a distribuição dos usuários de água, nós vemos que, em boa parte do País, o principal uso é a irrigação, seguido pelo abastecimento da



população urbana e o abastecimento animal-industrial. Então, a irrigação é o principal uso, seguido do abastecimento da população.

Uma das questões, no Brasil, não é só olhar o uso, mas ver o quanto de água se dispõe. Esse mapa tenta mostrar justamente as áreas vermelhas. Então, esses são os vários rios do nosso território. E as áreas vermelhas em cores mais laranjas são as temos um uso expressivo em relação à água. Porque, por exemplo, na Amazônia está tudo azul porque tem pouco uso e muita água. Então, é uma situação tranquila. Já os rios vermelhos são os rios justamente que têm intensivo uso de água.

Então, destacamos, por exemplo, o Nordeste, a região metropolitana de São Paulo e o sul do País que concentra boa parte do uso da água para a irrigação de arroz. A maior área irrigada do País está aqui no Rio Grande do Sul.

Olhando sob outro ponto de vista, um dos desafios da gestão é garantir a qualidade de água. Novamente, a situação azul são os rios que têm boa qualidade de água; e a situação em vermelho são os rios muito impactados pela carga de esgoto. Se nós observarmos aqui, no litoral, as cidades nas regiões metropolitanas de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Curitiba, do Nordeste também, ou seja, nas cidades do litoral, veremos áreas que têm baixo tratamento de esgoto e impacto sobre a qualidade de água. De qualquer forma, o País, de forma geral, tem uma qualidade de água azul e verde, ótima e boa, mas existem problemas que precisam ser enfrentados.

Outro problema que nós temos também, e estamos entrando na estação seca, perdão, chuvosa, na verdade, que é dezembro, janeiro e fevereiro em nosso País, é a ocorrência anualmente desses eventos hidrológicos críticos.

Todas essas informações que eu estou mostrando para os senhores e senhoras fazem parte da publicação anual que a Agência Nacional de Águas apresenta, que é o relatório de conjuntura. Esse relatório é publicado anualmente e mostra a situação, a evolução do uso das águas, mostra aqui os eventos hidrológicos críticos.

Então, a última publicação da ANA é essa aqui, de 2011. Ou seja, mostra quais foram as áreas que tiveram problemas de cheias e inundações no ano passado. São esses pontinhos azuis que vocês podem observar aqui.



Foram 754 Municípios atingidos por enchentes. Destacamos a região do Deputado Inocêncio Oliveira, em Pernambuco, a região de Barreiros ali, que foi afetada. Aqui está uma foto dela. A região de Santa Catarina também foi bastante afetada, o Município de Blumenau e outras cidades. Então, vemos uma concentração de muitos eventos no Sul do País, mas também no litoral de Alagoas e Pernambuco.

As estiagens são também uma questão importante. O ano de 2000 não foi, digamos assim, tão seco quanto está sendo este ano, mas foram 125 Municípios atingidos. São esses Municípios aqui novamente que vocês veem, só que desta vez na cor laranja. Alguns Municípios no extremo Sul do País tiveram situação de escassez grande. Este aqui é o Município de Santa Maria, por exemplo, no Rio Grande do Sul, onde normalmente chove bem, mas foi afetado pela seca.

A nossa legislação também nos coloca o desafio de fazer a gestão das águas, que eu quero destacar nesse *slide*. É que, de acordo com a nossa Constituição, a água é um bem de domínio público e a gestão dos recursos hídricos é uma gestão compartilhada. Então, a gestão não é uma responsabilidade apenas da Agência Nacional de Águas, ela é também compartilhada com os Estados nos rios que são da sua dominialidade. Então, o rio que nasce e chega a outro rio dentro do mesmo Estado é um rio estadual. Um rio que nasce em um Estado e sua foz fica em outro Estado, ou seja, atravessa dois Estados, é um rio federal, em que a ANA, por exemplo, tem o poder de outorgar.

Essa figura justamente mostra essa situação. Em verde vocês veem os rios que são de responsabilidade do Estado; na cor vermelha são os rios federais.

Então, quando chega um pedido, por exemplo, de uso de água num rio federal, um rio desses vermelhos aqui, esse pedido vai para a Agência Nacional de Águas. Quando se tem um pedido num rio verde, ele vai para o órgão gestor estadual ou órgão de meio ambiente.

O grande desafio é integrar essas duas abordagens. Por quê? Se eu tenho um problema de qualidade de água num rio estadual, essa qualidade de água chega a um rio federal e o afeta. Então, a gestão de água não pode ser vista de forma dissociada, em que o Estado faz a sua parte e a União faz a parte dela. Na verdade, se eu retiro água de um rio pequeno, que é um rio estadual, aquela água vai faltar



no rio federal. Então, o grande desafio é integrar essa dupla dominialidade que a legislação nos coloca.

Conforme o Deputado Inocência Oliveira comentou na abertura, o Plano de Recursos Hídricos é um instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos, uma lei de 1997.

Adicionalmente, detalhando a Lei nº 9.433, existe a Resolução nº 17, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que estabelece o conteúdo que deve ter o Plano de Recursos Hídricos. Essa resolução já tem 11 anos e foi revisada nos últimos 2 anos. Eu acredito que, neste ano ou talvez no início do próximo ano, exista uma nova resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos sobre a elaboração de Planos.

O que mudou nessa legislação? O que deve mudar se ela for aprovada na forma como vai ao Conselho? Eu pelo menos conheço a versão preliminar, porque trabalhei nela. Ela simplifica, num certo sentido, e dá flexibilidade à elaboração. Por que ela flexibiliza a elaboração dos Planos de Recursos Hídricos? Porque um plano na Região Amazônica é diferente de um plano numa região seca, é diferente de um plano no centro do País. Então, é preciso ter essa flexibilidade de adaptação. Os planos não são iguais.

Esses são os instrumentos que a lei nos coloca: os Planos de Recursos Hídricos, o enquadramento dos corpos de água. Como a água é um bem público existe a figura da outorga.

Esses são os instrumentos de gestão. Para fazer a gestão de recursos hídricos, a lei nos deu esses cinco instrumentos. Os Planos de Recursos Hídricos, a outorga, a cobrança e o sistema de informações.

Como o Plano de Recursos Hídricos visa construir uma abordagem integrada da bacia e dos recursos hídricos, nós aproveitamos a sua elaboração para oferecer diretrizes para os outros instrumentos. Então, o Plano acaba sendo um instrumento orientador da gestão e da aplicação dos outros instrumentos. Na elaboração dos Planos de Recursos Hídricos nós oferecemos diretrizes para outorga, orientações sobre como proceder a outorga na bacia, como implantar cobrança, como implantar o enquadramento e estruturar um sistema de informações, ou seja, um banco de



dados para a bacia. Então, o Plano de Recursos Hídricos é uma oportunidade de se integrar esses instrumentos de gestão.

Qual é o objetivo dos Planos de Recursos Hídricos? É o de se ter uma realidade atual. Existe uma situação e se deseja outra, que seja normalmente melhor, que se tenha qualidade de água e quantidade que possa atender à população, que mais esgotos sejam tratados, que se tenha recuperação das matas ciliares, que se tenha garantia, se for uma área seca, de que vai haver água potável para as pessoas. O plano acaba sendo um espaço para se compatibilizar a realidade que se quer com a existente. Então, envolve necessidades, desejos. De forma realista, os Planos de Recursos Hídricos têm que ter o pé no chão e dizer o que é possível fazer. Eu vou falar um pouquinho mais sobre isso.

Da mesma forma que digo o que são os Planos de Recursos Hídricos, também vou dizer o que eles não são, porque acho que é uma questão importante. Muitas vezes as pessoas acham que o Plano de Recursos Hídricos é um plano de manejo ambiental. O Plano de Recursos Hídricos envolve questões do meio ambiente. Por exemplo, um código florestal mais ou menos restritivo impacta os recursos hídricos, porque a mata ciliar tem a função de reter sedimentos e proteger um pouco mais o rio. Essas questões estão ali, mas não é objetivo do Plano de Recursos Hídricos discutir a largura de uma APP na bacia. O Plano de Recursos Hídricos também não vai proteger animais em extinção. O objetivo é garantir água para o desenvolvimento, água para a população. Esse é o foco principal.

Normalmente, quando trabalhamos nas reuniões públicas, muitas vezes o Plano de Recursos Hídricos é interpretado como um plano de desenvolvimento regional. As pessoas acham que através da água elas vão ter emprego, vão melhorar a renda, vão melhorar a saúde, e não é isso. Embora a água seja um condutor do desenvolvimento, da saúde, o plano não vai resolver os problemas socioeconômicos.

Outra questão importante que eu queria destacar é a necessidade que os planos têm de serem negociados, porque quando se trabalha no planejamento de recursos hídricos se lida com um conjunto de planejamentos setoriais. Então, existe um planejamento numa bacia do setor do Ministério de Minas e Energia que quer instalar usinas hidrelétricas, existe também um planejamento do setor do Ministério



dos Transportes que quer navegar aquele rio e um planejamento do Ministério da Integração que quer implantar um perímetro público. Então, há vários planejamentos, que, algumas vezes, são harmônicos, outras vezes, são conflituosos. Assim, o espaço do Plano de Recursos Hídricos é justamente de negociar entre esses atores. Mas ele não tem esse poder de guiar. Eu não posso alterar o planejamento setorial, mas posso trazer para a mesa de negociações — nós tentamos construir isso na elaboração dos planos — esses diferentes atores para que possamos ter dentro do plano uma perspectiva de harmonia dos diferentes usos, das diferentes visões que uma bacia comporta.

De acordo com a nossa lei, nós elaboramos planos em três níveis: por bacia hidrográfica, por Estado e para o País. Eu vou passar por cada um deles.

Quem executa e quem aprova o Plano de Recursos Hídricos? O plano nacional é de responsabilidade de execução do Ministério do Meio Ambiente. Quem aprova esse plano, na nossa lei, são os Conselhos Nacionais de Recursos Hídricos. O Plano de Recursos Hídricos estadual é aprovado pela Secretaria Estadual de Recursos Hídricos, é executado pela Secretaria e pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Já o Plano de Bacia Hidrográfica é uma situação um pouco diferente, porque a responsabilidade de execução pode ser do órgão gestor ou pode ser da Agência de Bacia.

O que é uma agência de bacia? Seria um órgão executor da gestão de realização de estudos na bacia. Nós no Brasil temos poucas agências de água. As agências de água são mantidas pela cobrança. Como a cobrança existe em poucas bacias, poucos comitês de bacia têm essa agência. Então, em geral os Planos de Bacia Hidrográfica no Brasil têm sido realizados por esses órgãos gestores. E quem aprova? Aí entra o papel do Comitê de Bacia. Então, quem aprova o Plano Nacional é o Conselho Nacional, no nível estadual é o Conselho Estadual e, no nível da bacia é o Comitê de Bacia.

Essa é a estrutura do nosso sistema nacional: em nível nacional, o Conselho Nacional; em nível estadual, os Conselhos Estaduais; em nível de Governo, o Ministério do Meio Ambiente e os Governos Estaduais; nos órgãos gestores, em nível nacional, naqueles rios federais, denominados rios da União, é a ANA que faz a gestão dos órgãos estaduais, são os órgãos gestores de recursos hídricos, as



Secretarias de Meio Ambiente. No nível mais baixo, quem elabora os planos de bacia são as agências de bacia, e quem aprova são os comitês, que são os parlamentos das águas.

A nossa Lei nº 9.433 inova no sentido de que propõe que o processo de gestão, anteriormente muito centralizado, passe a ser um processo participativo. Eu reproduzi aqui a Resolução nº 17, a Resolução do Conselho Nacional que trata disso: a participação da sociedade deve acontecer por meio de consultas públicas, encontros técnicos e oficinas de trabalho. Além disso, os documentos produzidos devem ser disponibilizados. Normalmente, nós disponibilizamos isso através da Internet para o público em geral.

Vamos olhar agora a situação do Brasil.

Nós temos um plano nacional que foi aprovado em 2006 pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Em 2011, ele foi revisado e foram estabelecidas prioridades.

Então, o Plano Nacional, que tinha mais de 100 ações, foi revisto em 2011, e foram priorizadas, daquelas 100 ações, 20 ou 22 — não me lembro precisamente do número — para os próximos 4 anos.

Olhando o outro nível, que são os planos estaduais, observamos que boa parte do território nacional já tem os seus planos elaborados. São aqueles Estados que estão na cor azul. Alguns Estados estão em contratação desses estudos, como é o caso do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul. Em amarelo são esses dois que estão sendo executados; em laranja, em elaboração; em vermelho, são os que não têm ainda seu Plano de Recursos Hídricos. Mas se se considerar que a nossa lei é de 1997, nós já temos boa parte do território, 17 unidades da Federação, com planos estaduais elaborados.

Onde a ANA tem feito esses planos? Nós trabalhamos no nível de bacias hidrográficas. Temos um desafio muito grande, que é fazer planos de bacia num país onde não há planos de bacia. A Diretoria da ANA teve que, de algum modo, priorizar esses estudos. E esses estudos foram priorizados em bacias onde existia comprometimento dos recursos hídricos, onde existiam conflitos instalados. Então, essas foram as bacias priorizadas.



O primeiro plano de bacia elaborado pela Agência foi o Plano da Bacia do São Francisco, em 2006, justamente na época em que se discutiam questões como transposição e revitalização da Bacia do São Francisco.

Outra questão que muitas vezes as pessoas não entendem e nos perguntam é por que fizemos planos na Região Amazônica, na Bacia do Tocantins, que são regiões onde ainda não existem esses conflitos tão declarados, onde a população é esparsa, onde há baixa densidade demográfica. Mas, aí vem outro lado do planejamento: o de não só remediar os problemas que se tem, mas também a perspectiva de poder se antecipar. Você pode, nessas regiões que são ainda, digamos, em certo sentido de fronteira de expansão, de crescimento e desenvolvimento do Brasil, ter a oportunidade de se antecipar para minimizar ou evitar ter os conflitos como os que já estão consolidados no Sul e Sudeste do País.

Vejam. Esta é a nossa bacia hidrográfica. O que é bacia hidrográfica? Qualquer chuva que caia nessa região entre essas duas montanhas aqui vai correr para o rio. Então, a bacia hidrográfica é um conjunto de rios que desaguam em um rio principal. Então, o Rio São Francisco é o rio principal, mas existe uma infinidade de rios que chegam até ele.

Muitas vezes, as pessoas pensam só na questão da água superficial, mas a água subterrânea também é muito importante. Então, aquela água que cai na bacia escoar superficialmente e vai para o rio. Mas, existe outra água, que infiltra no solo. É a chamada água subterrânea ou lençol subterrâneo, lençol freático. Essa água chega ao lençol e também aparece no rio.

Se vocês observarem aqui em Brasília, no período de seca, vocês vão ver muitos rios. Não está chovendo. Há 30, 40, 50, 60 dias não chove, mas você vê aquele rio com água. Nada mais é do que a água que infiltrou, percorreu o lençol e retornou ao rio. Então, essa é a nossa bacia hidrográfica, é a água superficial e a subterrânea, tudo junto.

Qual é a nossa experiência? Nós chegamos em 1997 — a ANA iniciou seus trabalhos em 2001 — e não tínhamos ainda planos de bacias neste País. Então, começamos trabalhando na Bacia do São Francisco, que é essa bacia aqui, em azul, com 640 mil quilômetros quadrados e 3 milhões de habitantes. Depois



trabalhamos em algumas bacias, como, Guandu, Tocantins, Doce, Verde Grande, Amazonas. Enfim, cobrimos essa grande região aqui, que é boa parte do País.

Estão em elaboração os planos dessa região do Paranaíba, Bacia do Paranaíba — Brasília está dentro da Bacia do Paranaíba —, e dessa região aqui, a Bacia do Rio Piranhas-Açu, um rio de domínio da União, que atravessa Paraíba e Rio Grande do Norte, uma região que também está passando por uma situação bastante difícil neste momento. Temos aí coberta uma área de quase 4,5 milhões de quilômetros quadrados. Essas áreas cobrem uma população de aproximadamente 40 milhões de pessoas e abrangem 18 unidades da Federação.

O que nós fazemos no plano? Fazemos um diagnóstico. Ou seja, quais são os problemas que essa bacia tem hoje? Fazemos um cenário. Ou seja, quais são os problemas futuros dessa bacia? Nós temos trabalhado com um cenário de 20 anos. Olhamos como essa bacia vai estar em 20 anos. Fazemos estudos que envolvem projeções econômicas. Em última análise, nós olhamos para o futuro para saber como vai ser. Daqui a 20 anos, crescendo a irrigação, crescendo a indústria, crescendo a população, crescendo a carga de esgoto lançado, quais são os problemas que essa região vai passar a ter?

Outra variável que nós temos incorporado mais recentemente aos nossos Planos de Recursos Hídricos, além do crescimento da demanda, é olhar a questão das mudanças climáticas. Elas não afetam a demanda, podem até afetar, mas, elas têm impacto muito grande sobre a disponibilidade de água. Antigamente, nós fazíamos cenários de a demanda crescer e a disponibilidade de água continuar a mesma. Mas, hoje, a nossa visão é que, daqui a 20, 30, 40 anos, nós tenhamos menos água. Por isso a gestão de recursos hídricos precisa se antecipar. Então, nós passamos a incorporar as mudanças climáticas nesses estudos.

Conhecendo, por fim, os problemas de hoje, os problemas potenciais do futuro, nós propomos ações para evitar ou minimizar esses problemas. Essa é a última etapa, a etapa de diretrizes e programas. Então, fazemos o diagnóstico, o prognóstico, formulamos o plano, que é a definição de prioridades. A parte mais importante do plano é exatamente definir quais são as prioridades, os objetivos, as diretrizes. Além disso, construímos um sistema de informações. Todas as informações sobre geologia, disponibilidade de água, clima, vegetação, população,



que são produzidas no plano vêm compor esse sistema de informações, um banco de dados que serve para todas as ações de gestão na bacia.

Além disso, realizamos processos participativos. Em cada uma dessas etapas a ANA tem adotado a estratégia de realizar reuniões públicas, onde nós apresentamos para a população os produtos produzidos dentro do plano e disponibilizamos também os documentos, como eu mencionei.

Além disso, a elaboração do plano normalmente é acompanhada pelo Comitê de Bacia. Porque o Comitê de Bacia, no final, tem a responsabilidade de aprovação. Então, é fundamental construir esse envolvimento com o Comitê de Bacia desde o começo do processo.

Quanto tempo se elabora o plano? Não é um trabalho trivial. Normalmente, eu diria entre 3 e 4 anos. Por que esse tempo prolongado? Porque, normalmente, em um ano você investe, você não gasta, você investe elaborando o tema de referência. Nós discutimos o que vai ser elaborado no plano com o Comitê de Bacia. Fazer o processo licitatório e emitir a ordem de serviço normalmente é um processo burocrático que chega a um ano. Depois, executamos serviços em 1 ano e meio a 2 anos e meio. E a discussão e aprovação levam 6 meses.

Este é o resultado final no plano. Fazemos o diagnóstico, o prognóstico, mas, o mais importante é dizer o que precisamos fazer. Essa é a resposta que se quer do plano. Então, nós oferecemos o conteúdo dos planos de ação, que é a parte de diretrizes e programas. Orientamos a aplicação dos outros instrumentos, como eu mostrei naquela figura inicial. O plano tem a importância de orientar a aplicação dos outros instrumentos de gestão, da cobrança, da outorga, porque ele permite uma visão integrada dos usos da bacia.

Depois, assim como num PPA, nesse plano de bacia nós apresentamos programas e ações. Normalmente nesses programas e ações a nossa experiência é dividi-los em três componentes.

O componente A é voltado para a gestão de recursos hídricos, para a estruturação dos órgãos gestores para os comitês.

O componente B normalmente é o componente mais caro, envolve obras. Um plano de recursos hídricos, por exemplo, que tenha problemas de falta d'água, precisa construir barragens. Os investimentos vão estar previstos nesse componente



B. Se eu preciso construir uma estação de tratamento de esgoto para melhorar a qualidade da água do rio, os investimentos vão estar nesse componente B. Tudo que é obra civil, a parte que nós chamamos de estrutural, vai para esse componente.

Existe o componente C, que é um componente onde, muitas vezes, por deficiência de monitoramento hidrológico, por deficiência, por exemplo, de conhecimento do impacto das mudanças climáticas, nós colocamos um componente não estrutural, para preencher nossas lacunas de conhecimento. Às vezes é necessário isso em uma bacia. Quando você faz o plano não tem o estudo da ictofauna, dos peixes daquela bacia. Às vezes você não consegue fazer aquilo durante a elaboração do plano, mas você inclui a realização de um estudo específico, posteriormente.

De modo que o nosso plano não seja teórico, mas realista, nós fazemos esse trabalho de identificar fontes de recursos e atores. Então, todas as ações do plano que envolvem custos, nós verificamos os planos plurianuais do Governo Federal, dos Governos Estaduais, para saber se existe recursos, e fazemos essa análise. E oferecemos recomendações aos setores usuários.

Essa era uma visão, digamos, de antes de 2000. Nós tínhamos planos de recursos hídricos burocráticos, enciclopédicos, planos de 10 volumes, que ninguém lia, planos de obras. A gestão era muito visão: o que eu preciso fazer de obra? Eu preciso construir uma barragem, eu preciso construir uma adutora, eu preciso construir estação de tratamento. Eu não preciso organizar os usuários, eu não preciso capacitar a sociedade civil.

Essas questões surgiram na nossa Lei nº 9.433, que tem toda a participação pública. Então, os planos, a partir da 9.433, deveriam ter um caráter mais sistêmico, que integra, não ter mais a visão setorial apenas de um aproveitamento, uma visão integrada. Isso é o que nós estamos tentando fazer, que os planos sejam instrumentos efetivos para tomada de decisão, que tenham capacidade de comunicação com a sociedade. Muitas vezes as discussões são muito técnicas em um plano desses, mas a gente envolve sempre uma publicação mais simples, folhetos para comunicar melhor essa questão da gestão de recursos hídricos para a sociedade.



Os Planos de Recursos de Hídricos visam, em última instância — você não faz plano por planejar —, essencialmente, à gestão. E orientam os gestores de recursos hídricos — orientam não só o Governo como outros setores, os setores de energia, de transporte, em relação ao uso, recuperação, proteção e conservação da água. Não basta ser apenas participativo; é importante também ter uma base técnica muito forte, porque assim se tem um instrumento de tomada de decisão.

Há outra coisa também importante sobre os planos de recursos hídricos. Nós prevemos sempre que eles sejam adaptativos, eles sejam revistos a cada 5 ou 6 anos, de modo que eles não se tornem um planejamento estático, mas dinâmico, que se vai adequando com a realidade, com as mudanças que a bacia vai sofrendo.

Por fim, uma das questões importantes é que o plano de recursos hídricos tenha um conjunto de ações voltadas para a gestão de recursos hídricos. Mas a gestão de recursos hídricos não se faz apenas com comitê de bacias, com conselhos de recursos hídricos nacional ou estaduais, envolve um conjunto de outros atores e de políticas que muitas vezes não se integram. Daí vem uma das grandes questões de elaboração e de implementação dos planos, que é integrar essas políticas. Integrar dentro de uma ótica de planejamento de recursos hídricos, de usos múltiplos, integrar uma visão do setor elétrico versus preservação ambiental, setor elétrico versus navegação, setor de saneamento para proteção dos rios. Enfim, é um desafio bastante grande, mas é assim que pensamos de forma integrada sobre a ótica de gestão.

Agradeço pela atenção. Não sei se ultrapassei o meu tempo. Se o Deputado tiver interesse, eu poderia passar para os recursos hídricos.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) - Muito obrigado. Está bem.

O SR. JOSÉ LUIZ GOMES ZOPY - Se é suficiente, então eu agradeço.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) - Agradecemos pela belíssima participação ao Dr. José Luiz Gomes Zopy, pela sua palestra sobre recursos hídricos e atribuição da ANA.

Antes, eu gostaria de esclarecer alguns pontos. O Ministério do Meio Ambiente atuam em âmbito Federal. As Secretarias de Recursos Hídricos, em



âmbito Estadual, autorizam a outorga do rio, das bacias hidrográficas e do uso da água. O Ministério do Meio Ambiente cria alguns problemas?

O SR. JOSÉ LUIZ GOMES ZOPY - Bem, Deputado, dentro do Governo Federal, nós temos essa estrutura do Ministério do Meio Ambiente e da Agência Nacional de Águas. Então, quem faz a outorga é a Agência Nacional de Águas. Por exemplo, quem faz o licenciamento ambiental é o IBAMA. Essas são coisas separadas.

Em alguns Estados, a Secretaria de Meio Ambiente está junto com a Secretaria de Recursos Hídricos; em outros casos, elas estão separadas. Vou dar um exemplo a V.Exa. do trabalho que estamos fazendo agora, com a bacia do Paranaíba. Estamos aqui dentro falando de uma questão do Estado de Minas Gerais.

Os irrigantes dizem que lá a irrigação é feita nas regiões altas. Por exemplo, na região de Patrocínio, de Monte Carmelo, onde eles fazem a cultura do café. Nessas regiões altas, normalmente existem rios muito pequenos, e para irrigá-los é preciso construir uma barragem. Ocorre que a Secretaria do Meio Ambiente do Estado não permite a construção de barragens, porque se cria um lago que vai inundar a área de nascente. Então, o licenciamento ambiental não permite a construção de uma barragem, que não permite a outorga.

Dentro do Governo Federal um empreendimento é tratado separadamente e, às vezes, um pode restringir o outro. São dois processos inter-relacionados e paralelos. Agora, existem realmente conflitos. Às vezes, o licenciamento ambiental permite e, às vezes, a outorga não permite e vice-versa. Existe um grande esforço hoje para que os processos sejam integrados, mas essas coisas ainda ocorrem de forma paralela dentro do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - V.Sa. falou aqui sobre as barragens hidrelétricas. A ANA tem se preocupado com a escama peixe para durante a desova, a piracema, os peixes terem condições de subir e ir para a barragem?

O SR. JOSÉ LUIZ GOMES ZOPY - Esse é um outro bom exemplo da pergunta anterior justamente. Essa questão de escada de peixe e de migração de peixes, quando se constrói a barragem de peixes que fazem a migração, eles



encontram um obstáculo artificial e precisam, muitas vezes, da escada para superar esse obstáculo. Isso, normalmente, é objeto de discussão no âmbito do licenciamento ambiental. Então, quando um grande empreendimento hidrelétrico faz o seu pedido de licenciamento ambiental, essa questão de migração de peixes vai ser avaliada nessa esfera.

Qual seria o foco da ANA em um empreendimento hidrelétrico? Avaliar os outros usos da água. Se há uso da água de irrigação para abastecimento da população, é preciso estar reservada para atender a essa demanda. Então, analiso a água que chega à usina e digo que dela se vai gerar energia; uma parte dessa água deve estar garantida para os outros usuários: irrigação, indústria e população.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Não sei se V.Sa. sabe que nesses grandes lagos, com essa modernidade de geração de energia, não é mais o sistema vertical que precisa acumular uma grande quantidade de água para fazer funcionar a turbina que gera energia. Hoje o sistema é horizontal. Praticamente uma lâmina d'água movimenta o sistema. Sobretudo agora, lá na usina de Belo Monte, vai ser utilizado esse sistema.

Como vão as indicações do gerenciamento das bacias hidrográficas? Quais são as bacias hidrográficas dos grandes rios brasileiros que têm esse gerenciamento? Esses gerenciamentos estão funcionando nos Rios Amazonas, Negro, Solimões, Tocantins, Tapajós, Araguaia e tantos outros de muito grande importância, como o Rio São Francisco?

O gerenciamento é feito só sobre o rio principal ou seus afluentes? Por exemplo, o maior afluente do São Francisco, do lado de Pernambuco, é o Pajeú. Nós temos 3 rios que são afluentes importantes: Pajeú, Brígida e Moxotó. O Pajeú tem mais de 200 quilômetros de extensão. Quando desemboca lá no São Francisco, fica perenizado durante quase oito meses. Mas está praticamente assoreado porque não existe um gerenciamento sobre o rio no Estado.

Como a outorga é feita pela Secretaria de Recursos Hídricos do Estado e a licença ambiental concedida pelo Ministério do Meio Ambiente, a Companhia Pernambucana de Recursos Hídricos — CPRH, por exemplo, deveria ter um controle maior também sobre os afluentes importantes desses grandes rios.



O Rio São Francisco, por exemplo, está secando. Quando se fez esse projeto de transposição de bacias, fez-se pensando, sobretudo, em revitalizar o rio, construindo sistemas de saneamento básico nos povoados, nos distritos e nas cidades que correm para o São Francisco, porque os peixes estavam morrendo, o rio estava ficando assoreado, e assim por diante.

Por último, porque aqui o meu amigo Felix Mendonça Júnior tem muito mais coisas a dizer, tem muitas perguntas abalizadas para fazer: já foi atualizada a tabela de outorga da ANA?

O SR. JOSÉ LUIZ GOMES ZOBY - Bem, vou começar de trás para frente, respondendo a última questão. Anualmente, nós publicamos nesse relatório de conjuntura os rios que têm problemas de qualidade de água. Publicamos também as outorgas. Então, eu não trouxe aqui, não tenho na apresentação, mas existe uma publicação anual de todas as outorgas do País. Não só as outorgas da ANA, mas as outorgas de todos os Estados.

Nós conseguimos, desde 2009, quando foi publicado primeiro o relatório de conjuntura, construir uma rede com os Estados, com os órgãos gestores estaduais, que nos fornecem e nós consolidamos isso. Então, há uma publicação anual de outorgas. As outorgas que a ANA emite estão disponíveis na página, é uma informação pública. Como a água é um bem público, a informação também é tornada pública. Agora, o relatório de conjuntura sistematiza essa informação.

Uma das questões é como está a gestão de recursos hídricos. Essa é uma questão bastante ampla. Justamente o grande desafio da gestão é que as coisas têm de funcionar de forma integrada. Existe um esforço de integração entre a ANA e os Estados. Foi lançado pela Agência Nacional de Águas o Pacto pelas Águas. Ou seja, a ANA convidou todos os Estados do País, porque, como mencionei anteriormente, não adianta um Estado fazer gestão se o outro não faz. Isso compromete o rio principal. Então, essa responsabilidade sobre um rio é muitas vezes compartilhada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Mas quando um rio atravessa mais de um Estado...

O SR. JOSÉ LUIZ GOMES ZOBY - Ele é um rio federal.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - ... ele não passa a ser administrado pelo Governo Federal?

O SR. JOSÉ LUIZ GOMES ZOBY - Sim, nesse corpo hídrico, por exemplo, Rios como o São Francisco, o Amazonas, o Tocantins são todos em que a ANA tem poder de outorgar.

A ANA está enfrentando esse desafio desde que foi criada: melhorar a gestão, melhorar a outorga e se integrar aos sistemas. Temos feito esse esforço de elaborar, falando especificamente da área, cobrir o plano. Vejam que nós ainda não cobrimos o País inteiro. Temos ainda 4 milhões e meio de quilômetros quadrados e nosso País tem 8 milhões e meio. Então, ainda temos um caminho a percorrer. Mas essa gestão é o dia a dia da agência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Muito obrigado.

Passo agora a palavra ao meu grande amigo, Deputado Felix Mendonça Júnior, Relator dessa matéria.

O SR. DEPUTADO FELIX MENDONÇA JÚNIOR - Boa tarde a todos; boa tarde, Presidente.

Sr. José Luiz, eu ouvi sua explanação e vi logo naquele mapa inicial onde estava tudo em azul e pude identificar três pontos em vermelho bem distintos: um no Nordeste, que é o problema do clima, da condição geográfica, meio natural; outro na região metropolitana de São Paulo, que é o problema do uso para consumo humano e para consumo industrial; por último, no Rio Grande do Sul, que é o uso para agricultura. Então, são três usos bem distintos da água.

Eu queria saber, nesse nosso plano — depois eu vou para a prática —, se pudéssemos comparar, por exemplo, com a França, onde nossa arrecadação chega a 1%.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - A 3%

O SR. JOSÉ LUIZ GOMES ZOBY - Arrecadação de?

O SR. DEPUTADO FELIX MENDONÇA JÚNIOR - Do uso da água. Pela cobrança da água. Nós temos 3% hoje da arrecadação que a França tem e vejo também que as bacias estão muito independentes. Não seria o caso de fazermos uma integração maior, independentemente da bacia? Ou seja, nós vamos tratar do Nordeste, pela falta da água, e vai ser prejudicado, porque lá há escassez mesmo?



Nós vamos tratar do Nordeste, até a cobrança, até tudo isso, e vai ser mais caro onde não há água e mais barato onde há água, quando deveria ser o contrário, até para um subsidiar o outro? Eu queria entender essa diferença e saber o que poderíamos fazer.

Um exemplo prático: transposição do São Francisco. Com se deu esse plano, já que o São Francisco teve a primeira bacia a ser instalada, não é isso? Como se deu esse plano, como foi o acompanhamento, e, hoje, qual é a posição dessa transposição? Porque estamos vendo que o resultado de hoje é lastimável. Uma obra que era para estar pronta e não está.

Estamos vendo também que, ficando pronta, talvez não haja água para se transpor. Essa é a notícia que temos. Eu não sou geólogo, mas ouço as notícias também.

Então, eu gostaria de saber qual é a posição sobre a Bacia do São Francisco e sobre esse problema de arrecadação. Porque hoje nós temos 3% da arrecadação da França, por exemplo, e estávamos pensando só nas bacias em que há problema. Eu acho temerário nós não termos uma posição total no Brasil.

O que o senhor acha disso? Temos outras perguntas aqui.

O SR. JOSÉ LUIZ GOMES ZOBY - Bem, eu vejo assim: o Congresso aprovou um novo modelo de gestão no País em 1997. O Brasil ocupa uma área territorial de 8 milhões e 500 mil quilômetros quadrados. Eu não sei o tamanho da França, mas eu acho que deve ter mais ou menos o tamanho de São Paulo e Minas, juntando os dois. Temos um país muito maior, e a gestão de recursos hídricos na França acho que tem pelo menos 50 ou 60 anos. Então, nós estamos falando de um país que talvez seja dez vezes maior que a França, cuja lei de recursos hídricos tem apenas 15 anos. A Agência Nacional de Águas, que tem esse papel de planejar e de fazer a cobrança em rios federais, tem dez anos. Portanto, ao nos compararmos com a França — respondendo à sua pergunta, Deputado —, certamente estamos atrasados na cobrança; acho que temos um longo caminho a percorrer.

Eu colocaria uma outra questão que julgo importante, como V.Exa. mencionou: a cobrança no Nordeste, onde há pouca água, e no Sul ou no Sudeste, onde há muita água. A visão da agência hoje é que esse modelo concebido para o Brasil todo pode ser flexibilizado. Então, não necessariamente a cobrança que se



aplica nos moldes do Sul e Sudeste poderia se aplicar no Nordeste. O Estado do Ceará é um exemplo de que a cobrança é feita de forma um pouco diferente daquela que é feita por um comitê de bacia do Sul e Sudeste. Há um outro modelo de gestão.

Então, existe esse modelo da lei, mas quando passarmos a discutir essas questões, deveremos ter essa sensibilidade de que no caso do Nordeste não pode o valor cobrado ser o mesmo cobrado no Sul e no Sudeste. Eu acredito que vamos evoluir naturalmente nesse processo de cobrança. O gerente de cobrança já esteve aqui, vamos avançar gradualmente.

Espero ter respondido.

O SR. DEPUTADO FELIX MENDONÇA JÚNIOR - Aproveitando essa resposta, como é que o senhor acha que esta Casa pode contribuir com a ANA, na forma de projetos de lei, por exemplo?

O SR. JOSÉ LUIZ GOMES ZOPY - Essa é uma pergunta difícil. Eu acho que não estaria autorizado... Se eu fosse dar a minha opinião, seria uma opinião pessoal.

O SR. DEPUTADO FELIX MENDONÇA JÚNIOR - Pode dar. Não tem problema, não.

O SR. JOSÉ LUIZ GOMES ZOPY - Não. Eu estou aqui representando a agência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - A sua opinião pessoal.

O SR. JOSÉ LUIZ GOMES ZOPY - Eu posso dizer que também tenho uma visão segmentada, porque eu vejo na forma de planejamento. Tenho conhecimento das bacias trabalhando com o comitê nessa visão. Prefiro, se puder, não responder a essa questão.

Em relação ao projeto de transposição do São Francisco, em 2004 e 2005 intensificou-se essa discussão. O que houve foi uma discussão. Eu não sei em que nível de Governo, mas possivelmente envolveu Presidência e Ministro do Meio Ambiente, no sentido de que precisamos elaborar um plano de recursos hídricos que dê subsídios para avaliar se a transposição é ou não viável.



Uma coisa que já se colocava até antes da elaboração do plano era a necessidade de revitalização da bacia. Então, essas duas vertentes foram trabalhadas.

Se os senhores observarem o Plano de Recursos Hídricos, nos cenários futuros fizemos simulações de transposição ou não. O que aconteceria com a bacia com transposição ou sem transposição? Depois, na outorga, que foi a outorga para a captação de água do Rio São Francisco, também o Plano de Recursos Hídricos, que tinha estudos de demandas, de disponibilidade, deu subsídios para outorga.

Então, o Plano de Recursos Hídricos foi um instrumento, naquele momento, muito importante, porque ele embasou a outorga; o volume de água outorgado para a transposição foi baseado no Plano de Recursos Hídricos. Ele também propôs um programa de revitalização da bacia.

O SR. DEPUTADO FELIX MENDONÇA JÚNIOR - Está sendo cumprido?

O SR. JOSÉ LUIZ GOMES ZOPY - Eu não sei, eu não acompanho essa questão. Eu sei que existe o comitê. Depois, o plano vai completar o seu horizonte. O plano tinha um horizonte de ir até 2013, que se encerra no ano que vem. Então, possivelmente ano que vem vai haver alguma discussão, eu imagino que haja no comitê, de atualização do plano, revisão do plano.

O que eu sei é que foi criado um fundo para a revitalização e boa parte das ações foi executada pela CODEVASF. Então eu sei que muito dinheiro foi investido na bacia por meio da CODEVASF.

Agora, sei que da discussão o comitê de bacia não participou, foi uma discussão de onde iria o recurso. Foi mais uma ação da CODEVASF, parece que grande parte contribuiu, mas o comitê não foi, digamos, o agente decisório.

O SR. DEPUTADO FELIX MENDONÇA JÚNIOR - Não foi ouvido. Não foi nem ouvido ou não foi decisivo?

O SR. JOSÉ LUIZ GOMES ZOPY - Eu não sei porque não...

O SR. DEPUTADO FELIX MENDONÇA JÚNIOR - Não participou.

O SR. JOSÉ LUIZ GOMES ZOPY - ... acompanhei o processo, mas eu sei que existe essa discussão e acredito que ela será retomada, porque o fundo continua existindo. Há recursos, muito dinheiro, e o plano está chegando ao seu limite. Então, ano que vem certamente vai haver uma discussão sobre isso.



O SR. DEPUTADO FELIX MENDONÇA JÚNIOR - Calorosa.

O SR. JOSÉ LUIZ GOMES ZOBY - Eu vou voltar até a me reforçar sobre a seca e outras questões.

O SR. DEPUTADO FELIX MENDONÇA JÚNIOR - Só mais uma pergunta aqui para complementar. Como vem sendo a compatibilização das atribuições de gestão de recursos hídricos do domínio da União e do Estado? Já foi perguntado aqui, mas seria bom reforçar.

O SR. JOSÉ LUIZ GOMES ZOBY - Bem, eu trabalho na área de planejamento, então, vou falar da realidade que conheço. Existe uma outra área na agência que é a Superintendência de Apoio à Gestão, que trabalha com comitês e tem uma relação muito mais próxima com os órgãos gestores estaduais.

Observamos que existem assimetrias muito grandes entre o órgão gestor federal — ANA e os órgãos estaduais. Então, temos desde órgãos estaduais que têm uma estrutura boa de equipamento, de pessoal capacitado e de quantidade até órgãos absolutamente frágeis, com pouca gente, com dificuldade para participar de uma reunião, dificuldade de recursos para uma viagem para acompanhar a elaboração do plano. Inclusive, isso motivou, em grande parte, justamente esse Pacto pelas Águas que a ANA lançou e quer fazer com Estados para tentar reduzir um pouco essa assimetria. Para fazer essa gestão é preciso ter um bom nível de órgão não só federal, mas estadual. É preciso trazer todo mundo para o mesmo nível. Se houver muita assimetria, alguns não cumprem adequadamente o seu papel.

E nos órgãos estaduais eu acrescentaria que nós observamos, neste ano, que existem muitas discontinuidades políticas e de prioridades. Então, normalmente, a agenda de recursos hídricos, dentro da política estadual, é menor, menos importante. O Secretário normalmente é menos forte e há essas discontinuidades políticas que atrapalham bastante o processo. Nós estamos trabalhando, só para exemplificar aqui, o Plano de Bacia do Paranaíba, que está sendo elaborado há 2 anos e 6 meses. Nós estamos concluindo o trabalho e já houve três Secretários de Recursos Hídricos e Meio Ambiente em um dos Estados. A situação é bastante difícil.



O SR. DEPUTADO FELIX MENDONÇA JÚNIOR - Agradeço a V.Sa. pela sua palestra. Quero fazer um pedido aqui. Já que o senhor pulou aquela pergunta, indique aqui para nós alguns nomes que possam vir até a polemizar mais essa questão. *(Risos.)*

O SR. JOSÉ LUIZ GOMES ZOBY - Eu vejo assim: essas questões de relação entre o Executivo e o Parlamento, e eu acho que o Parlamento tem um poder muito importante, porque tudo que eu faço hoje na minha vida, nos últimos dez anos, é dedicado justamente a tentar implementar, no máximo, aquilo que a lei nos oferece e que virou um mandato nosso. Porque a lei de criação da ANA também veio daqui. *(Risos.)*

A diretoria da ANA poderia oferecer essa visão de rumos. Eu diria, para não me eximir tanto da questão *(risos)*, que o Brasil é muito grande, que a lei é muito boa, mas que a lei precisa ter uma inteligência ou uma sensibilidade, porque ela precisa ser adequada à realidade de uma região como a amazônica, onde há muita água, de uma região seca e DE uma região urbana. O nosso grande desafio é justamente integrar essas visões, fazer planos de recursos hídricos que sejam objetos de tomada de decisão e implementar essas ações.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) - Eu gostaria de agradecer, mais uma vez, ao Dr. José Luiz Gomes Zoby pela palestra e pelo debate.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, agradecendo a todos a presença.

Pergunto ainda a V.Sa. se pode deixar os slides aqui com o nosso Conselho para que o Relator possa usá-los, juntamente com a assessoria, a fim de complementar o trabalho.

O SR. JOSÉ LUIZ GOMES ZOBY - Claro, perfeitamente.

Agradeço pela oportunidade de estar aqui e de contribuir. Sempre que quiserem, terei o maior prazer em participar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) - Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.